



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA  
09.12.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
1 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## SUMÁRIO

- ◆ [PORTAS FECHADAS AOS VULNERÁVEIS – O Popular](#)
- ◆ [DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS 4 ANOS – O Popular](#)
- ◆ [COLOCAR A POLÍTICA DE DESARMAMENTO EM PRÁTICA – Folha de São Paulo](#)
- ◆ [PREDICÃO É MUITO DIFÍCIL. ESPECIALMENTE SE FOR SOBRE O FUTURO – Folha de São Paulo](#)
- ◆ [EM DEFESA DO SUPREMO – Folha de São Paulo](#)
- ◆ [DE MARGINAIS A LEGÍTIMAS: ARTES GRÁFICAS E CULTURA POPULAR GANHAM COM NOVA LEI – Folha de São Paulo](#)
- ◆ [DECISÕES DE DINO NO STF AJUDAM GOVERNO LULA A SE LIVRAR DE DIFICULDADES – Folha de São Paulo](#)
- ◆ [AS LUZES NATALINAS ME LEMBRAM QUE ESTOU ENVELHECENDO – Folha de São Paulo](#)
- ◆ [CÂMARA ENCARA JORNADA 5X2 PARA APROVAR MATÉRIAS IMPORTANTES AINDA EM 2024 – Correio Braziliense](#)
- ◆ [VISÃO DO CORREIO: IA NA AUTOMAÇÃO DE NEGÓCIOS – Correio Braziliense](#)
- ◆ [A FAVOR DO BRASIL E DOS BRASILEIROS – Correio Braziliense](#)
- ◆ [CARF DEVE BATER RECORDE EM 2024 E ESTIMA JULGAR MEIO TRILHÃO DE REAIS NO PRÓXIMO ANO – Valor Econômico](#)
- ◆ [RISCO DE JUDICIALIZAÇÃO COM REFORMA É BAIXO – Valor Econômico](#)
- ◆ [DESTAQUE - Valor Econômico](#)
- ◆ [FUNDO ESPECIAL PODE REDUZIR O IMPACTO DE CALAMIDADE – Valor Econômico](#)
- ◆ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

**JORNAL – O POPULAR – 09.12.2024 – PÁG. 3**

**Portas fechadas aos vulneráveis**

*Tairo Batista Esperança*

Nos meses de outubro a março, todos os anos, Goiânia passa pela mesma situação: chuvas fortes e constantes avançam sobre uma cidade que não tem o planejamento necessário para comportar o que marcam os pluviômetros. Todas as pessoas sofrem com os problemas decorrentes, como falta de energia, enchentes, queda de árvores, danos às casas.

Uma parte dos(as) munícipes, porém, é especialmente atingida, esquecida e invisibilizada pelo Poder Público. São as pessoas em situação de rua: público prioritário das políticas de assistência social por força do Decreto Federal nº 7.053/2009 e da decisão proferida pelo STF no âmbito da ADPF nº 976 e mesmo assim esquecido pela municipalidade.

Imagine passar o período de fortes chuvas da capital sem um local adequado para fazer a sua higiene. Como seria não ter um lugar para se alimentar, descansar, ter uma troca de roupa e demais cuidados do dia a dia? Coloque-se no lugar de quem procura abrigo em meio às enchentes.



Esse drama é enfrentado por muitas pessoas. Que o Município tem a responsabilidade de garantir o mínimo de direitos à população em situação de rua, não há dúvidas. Contudo, apenas mediante cobrança constante do Núcleo Especializado de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Goiás (NUDH/DPE-GO), do Ministério Público de Contas e do Ciamp-Rua/GO é que algo começou a ser feito.

Os(as) gestores(as) municipais comprometeram-se em inaugurar um abrigo emergencial nesse período crítico, já que o número de vagas de acolhimento na CAC I e CAC II é sabidamente insuficiente. Após muita atuação extrajudicial envolvida (reuniões, instauração de Propac, ofícios requisitórios e recomendações), em 29/11/2024, o Município divulgou em suas redes sociais que o abrigo emergencial estava em funcionamento no Ginásio Vila Pedroso.

Com isso, no dia 02/12/2024, a Defensoria Pública foi até o local realizar inspeção. Porém, encontrou as portas fechadas com cadeado. Um escândalo: o Município divulgou um serviço que, simplesmente, não estava em funcionamento. Assim, em 03/12/2024, foi protocolada representação no Tribunal de Contas dos Municípios para que seja disponibilizado espaço adequado, sob pena de responsabilidade pessoal dos envolvidos. O processo está sob análise e em breve terá uma decisão.

O abrigo emergencial é apenas a ponta do iceberg, eis que a luta é constante por política habitacional digna. O famoso Housing First. Assim, assusta-nos o discurso oficial do Município de que o abrigo esteve operante e que, na verdade, a montagem do espaço e a busca ativa das pessoas se dá apenas após os "alertas laranjas" de tempestade. É preciso encarar esse tema como uma questão urgente e que precisa ser levada a sério.

Admitir o erro e tomar providências para um sopro de cidadania seria bastante digno de uma gestão que, mesmo nos seus finalmentes, ainda tem responsabilidades a cumprir. O NUDH/DPE-GO está atento a essa demanda e a população em situação de rua não seguirá invisibilizada.

### **Desafios para os próximos 4 anos**

*Haroldo Naves*



Vivemos um cenário de transformações tecnológicas aceleradas, um período em que a informação nos chega de forma instantânea e sem filtros. Parece que o tempo já não é suficiente para atender a tantas demandas. É nesse contexto, de constante evolução e desafios, que os homens e mulheres legitimamente eleitos por suas comunidades assumem a responsabilidade de dirigir nossas cidades nos próximos quatro anos.

As eleições em Goiás foram marcadas por intensas disputas, para que os eleitores pudessem fazer suas escolhas de forma consciente. Porém, a pergunta que permanece é: "E agora?" Como implementar o plano de governo? Como transformar as promessas feitas durante a campanha em ações concretas?

Em primeiro lugar, coloco à disposição de todos os prefeitos e prefeitas a Federação Goiana de Municípios (FGM), a qual tenho a honra de presidir. Nela os eleitos encontrarão acolhimento e apoio técnico para que suas gestões avancem rumo à excelência e melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Os gestores que foram reeleitos já conhecem a complexidade de administrar uma cidade. Sabem dos enormes desafios de atender às demandas da população e do delicado equilíbrio entre receitas e despesas. Têm consciência das limitações, mas também das possibilidades, o que pode e não pode ser realizado. Encontrar esse equilíbrio entre a implementação do plano de governo e as reais condições de viabilizá-lo é, sem dúvida, uma das tarefas mais difíceis, mas também uma das mais gratificantes.

Para aqueles que assumem pela primeira vez, com disposição e desejo de transformar ou melhorar suas cidades, tenho a dizer que a tarefa não será nada fácil. No entanto, existe apoio e troca de experiências fornecidas por entidades estaduais e nacionais que representam os municípios. Elas atuam nas diretrizes estaduais e federais, áreas que exigem o apoio de gestores para garantir mais recursos, reduzir a burocracia e aprimorar a gestão pública.

Nos próximos anos, devemos estar atentos a temas que afetam todas as cidades, independentemente do porte. A reforma tributária, os impostos sobre o consumo, a previdência social, tanto a própria (RPPS) quanto a geral (RGPS), são questões que merecem prioridade.

Além disso, o saneamento básico, com o novo marco regulatório e o encerramento dos lixões, o Fundeb e o financiamento da educação básica, a saúde pública, especialmente a atenção primária de responsabilidade municipal, são temas que devem ocupar o centro das discussões. Não podemos deixar de considerar também as mudanças climáticas e os desastres naturais.

Este é apenas um breve compêndio dos temas que serão pautados nos próximos anos e que deverão ser acompanhados de perto pelos gestores municipais. Quero desejar boas-vindas aos prefeitos e prefeitas reeleitos. A jornada de administrar nossas cidades é desafiadora, mas também extremamente benéfica. Será um prazer contar com a força e o engajamento de todos vocês no Movimento Municipalista!

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –09.12.2024 – PÁG. A2**

### **Colocar a política de desarmamento em prática**

Apesar de mudanças na retórica e nas regras, governo adia transferência de controle para PF e cede a lobby no Congresso

O Brasil ainda caminha a passos lentos para reverter o obscurantismo armamentista que prevaleceu sob Jair Bolsonaro (PL).

Em 2023, o governo Lula Inácio Lula da Silva (PT) instituiu regras para conter a escalada pró-armas que se deu por normas infralegais adotadas na gestão anterior. As medidas visam principalmente os CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), grupo no qual o acesso a armas e munições aumentou exponencialmente.



O desafio agora é, de um lado, tirar as novas normas do papel e, de outro, conter o lobby armamentista no Legislativo. A administração petista, contudo, tem falhado nas duas frentes.

Na quinta (5), Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça, revelou que o governo descumprirá o que previu em 2023, ao atrasar a transferência da fiscalização dos CACs do Exército para a Polícia Federal, que começaria em 2025.

Alegando falta de recursos para efetivo e equipamentos, o ministro adicionou mais seis meses para que a PF assuma a tarefa.

Não se trata de questão burocrático menor. A demora sinaliza desorganização do governo Lula e diminuição da importância da agenda de controle de armas no país. Se de fato considerasse o tema prioritário, os recursos necessários teriam sido alocados para que a transferência respeitasse o prazo previamente delimitado.

Os números mostram como é crucial concluir a mudança da fiscalização para Polícia Federal.

O Exército falhou de maneira retumbante em sua função de controlar os CACs. Relatório do Tribunal de Contas da União deste ano revelou que a instituição liberou ou renovou acesso a armas a mais de 5.000 condenados na Justiça por crimes como roubo e tráfico de drogas.

Outro sinal de fragilidade da política desarmamentista do Planalto fica evidente com as idas e vindas do decreto sobre clubes de tiro. No último dia 3, Lewandowski admitiu que o novo decreto, que enfrentou forte resistência no Congresso Nacional, liberará clubes de tiro já instalados em locais próximos a escolas.

Inábil para lidar com esses percalços, o governo não tem conseguido nem mesmo pautar outros pontos relevantes sobre o tema, como a recompra de armas longas, que entraram em circulação no país com a flexibilização das regras por Bolsonaro.

Urge retomar a conquista civilizatória representada pelo Estatuto do Desarmamento, que limita posse e porte de armas e munições no Brasil desde 2003. O governo Lula ainda precisa provar que leva a sério esse desafio e colocar em prática sua retórica.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –09.12.2024 – PÁG. A3**

### **Predição é muito difícil. Especialmente se for sobre o futuro**

Dante pôs no Oitavo Círculo do Inferno Adivinhos, Sedutores, Aduladores, Corruptos, Ladrões do sagrado, Maus conselheiros, Semeadores da discórdia

*Marcus André Melo*

Dante, em "A Divina Comédia", colocou os adivinhadores no Oitavo Círculo do Inferno, com a cabeça



torcida, voltada para as costas, com as lágrimas molhando as nádegas, de maneira que não conseguem olhar para a frente. Essa é a punição por alegarem saber o futuro que estaria ao alcance apenas de Deus.

"Predição é muito difícil. Especialmente se for sobre o futuro", a frase é de um dos criadores da física quântica, Niels Bohr. Estimar um modelo com base em um conjunto de dados/variáveis do passado é uma coisa. É como prever o presente. Mas prever resultados futuros ("out of sample") é muito mais complexo, exigindo supostos sobre o papel de fatores ainda desconhecidos. Muitas previsões são muito complexas;

outras simplesmente impossíveis.

Previsões por cientista políticos e economistas têm algo em comum: estão ancoradas em expectativas sobre expectativas. A metáfora de Keynes sobre um hipotético concurso cujos participantes deveriam escolher — com base nas fotografias de centenas de candidato(a)s — os mais atraentes, e serem premiados pela previsão



## CLIPPING

DATA  
09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
6 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

correta quanto ao vencedor é clássica; ela permite uma distinção entre a preferência do analista e a dos demais, cuja agregação determinará o resultado final. Apostar no que desejamos que aconteça é fonte permanente de autoengano. Mas é o mais comum. No contexto atual da polarização as previsões confundem-se com torcida partidária e politicamente tribal.

A metáfora captura outra distinção: não se trata apenas da opinião pura e simples dos participantes, mas da percepção que têm sobre a avaliação que a média das pessoas farão. A premiação é para quem acertar o vencedor, e todos farão o cálculo com base em expectativas do conjunto de participantes. A analogia aqui é com a bolsa: o que um indivíduo pensa sobre o valor de uma ação não importa, mas, sim, o que os demais pensam a respeito; ou mais importante, que previsões fazem sobre a avaliação média do mercado sobre a ação.

O mesmo vale para o voto. Tanto o comparecimento quando o voto em si são função de expectativas sobre os resultados eleitorais.

Fenômenos de enorme importância política, como a Primavera Árabe, a queda do Muro de Berlim e a eleição de Trump, não foram antecipados por nenhum analista. Muitos destes eventos raros (no jargão, a "cauda longa") caracterizam-se por processos que se aceleram dramaticamente e eclodem subitamente. Timur Kuran identificou "cascatas informacionais" que deflagram efeitos manadas e que não são observáveis pelos analistas por que os atores sociais falsificam suas preferências. De repente milhões de apoiadores de uma causa aparecem do nada. Ou se recusam a responder a pesquisas de opinião, introduzindo vieses.

Fazer previsões oscila entre hubris e charlatanismo, mas elas são inevitáveis e devem ser vistas como chutes fundamentados.

No Oitavo Círculo, os Adivinhos têm por companhia Sedutores, Aduladores, Simoníacos, Corruptos, Hipócritas, Ladrões do sagrado, Maus conselheiros, Semeadores da discórdia, Alquimistas. Muitos deles Dante Alighieri identifica pelo nome: são personagens reais da política fiorentina e da história. Penso em quão longa seria a lista dos personagens da nossa divina comédia cotidiana.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –09.12.2024– PÁG. A4**

**Em defesa do Supremo**

Entre erros e acertos, é inegável que a corte vem cumprindo à risca a missão de proteger a Constituição

*Fábio Tofic Simantob*

A notícia de que o general Walter Braga Netto conspirou para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, mais do que causar espanto e indignação, é uma fotografia do mal que o bolsonarismo causou ao Brasil.



Não, não foi uma mera tentativa de golpe que o país sofreu. O Brasil sofreu um golpe propriamente dito. As instituições sofreram um golpe. Por quatro anos, Jair Bolsonaro e seus seguidores golpearam as instituições, o Judiciário, o Ministério Público, a advocacia, as urnas. Não é que o país quase sofreu um golpe. O golpe existiu. Só não foi consumado.

As sequelas do assalto são evidentes. O mal que causou ao Judiciário é inegável. O STF não escolheu ser o protagonista de tantos inquéritos e processos criminais. Não falta trabalho aos ministros da Suprema Corte. Pelo contrário, estão atolados até o pescoço com uma enxurrada de casos que chegam todos os anos ao tribunal.

Não foi uma escolha, ou um capricho. Está cada vez mais claro que se a corte não tivesse assumido o protagonismo dessas investigações, provavelmente não teríamos mais Supremo Tribunal Federal. O bolsonarismo obrigou o STF a se dobrar. Não lhe foi dada opção. Está aí um golpe que os bolsonaristas podem se orgulhar de terem conseguido dar. Enfraqueceram o Judiciário.

Sim, pois é evidente que, para se defender e fazer a defesa das instituições, o Supremo precisou testar o limite da sua atuação —e obviamente à custa de um enorme desgaste perante a sociedade. Essa vitória pode ser computada no saldo bolsonarista.

Esse movimento que nasceu saudosista da ditadura militar, nostálgico do AI-5 e avesso às liberdades incorporadas pela Constituição Federal de 1988, que considera excessivas, defendeu sempre todo poder às polícias e menos direitos aos réus no processo penal. Agora, como num passe de mágica, passou a invocar respeito estrito à legalidade penal, penas baixas, direito penal mínimo, ampla defesa, devido processo legal e até respeito aos direitos humanos, em uma inversão de agenda que só tem uma explicação: "pimenta no olho dos outros é refresco".

Mas não só. Ao mesmo tempo em que defende seus próprios interesses, procura minar a credibilidade da Suprema Corte. Ou seja, a queda de braço com o STF após as condenações do 8 de janeiro é uma forma de prostrar o seu crime no tempo, persistindo no desiderato de corroer as instituições. Quiseram colocar o Supremo entre a cruz e a espada. E conseguiram. Só não contaram que o Supremo poderia escolher a espada, e com a espada os crimes desta horda golpista estão sendo desmascarados dia após dia.

Se tivesse escolhido a cruz, o STF estaria hoje pregado nela em praça pública, para regozijo da turba ensandecida. A competência inusual da corte para julgar os atos golpistas foi uma criação jurisprudencial, como diversas outras questões no direito brasileiro. O fato é que a competência se revelou necessária. Se o Congresso Nacional quiser dar uma contribuição à democracia, em vez de anistia, deveria transformar a competência em regra legal.

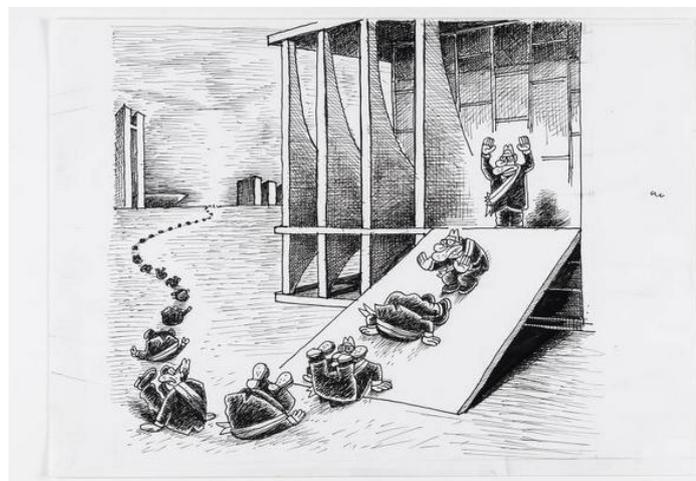
Afinal, o julgamento de atos tão graves que atentam contra a existência das instituições não pode ficar à mercê da primeira instância ou de tribunais regionais. Se a competência nasceu de uma anomalia política que tornou inevitável a atuação da Suprema Corte, a experiência mostrou, por outro lado, que errado estava o ordenamento jurídico brasileiro de não atribuir desde logo esse poder ao STF.

Entre erros e acertos, uma coisa ninguém pode negar: o STF vem cumprindo à risca a missão de proteger a Constituição Federal.

### **De marginais a legítimas: artes gráficas e cultura popular ganham com nova lei**

Reconhecidas oficialmente como expressões artísticas, charges, caricaturas, cartuns e grafites avançam na proteção jurídica, inclusive em direitos autorais

*Gabriela Fragoso e Carolina Corrêa*



O Brasil conta com um novo e importante marco cultural: a lei 14.996/2024, que reconhece oficialmente as expressões artísticas em forma de charge, caricatura, cartum e grafite como manifestações da cultura nacional.

A legislação coloca sob proteção jurídica práticas que, por muito tempo, estiveram em uma área entre o marginal e o legítimo. Com a nova classificação, o poder público assume a responsabilidade de preservar e valorizar essas formas de arte que capturam de maneira única a identidade brasileira, promovendo proteção, crescimento e aceitação social.



## CLIPPING

DATA  
09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
9 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Mas por que, afinal, essas expressões artísticas, tantas vezes relegadas à margem, são agora reconhecidas como manifestações da cultura brasileira? A resposta está no papel que elas desempenham na construção da consciência crítica e na promoção da diversidade artística.

A charge e o cartum conseguem abordar temas complexos e gerar reflexão em massa. A caricatura, com seu estilo exagerado e cômico, provoca o público ao oferecer uma releitura crítica de personalidades e eventos, humanizando-os e aproximando-os da realidade popular. Já o grafite —que por muito tempo foi confundido com vandalismo— transforma o espaço urbano em uma tela democrática, em que a arte pode ser acessível a todos e a interação comunitária se torna uma extensão da obra. Esse reconhecimento é um avanço na preservação da identidade cultural brasileira.

Do ponto de vista jurídico, a nova lei também reforça os direitos autorais desses artistas. Embora a lei 9.610/1988 já previsse sua proteção, permitindo que os autores autorizem ou não o uso de suas obras, o novo status de manifestação cultural amplia essa salvaguarda, principalmente na relação entre artistas e público, impactando a exploração comercial das obras e promovendo o respeito coletivo às expressões artísticas — especialmente para o grafite, que ocupa o espaço público e frequentemente é alvo de intervenções indesejadas.

Casos como o uso comercial de grafites do Beco do Batman, em São Paulo, sem o consentimento dos artistas, revelam a importância desse respaldo: a nova legislação prevê que o poder público deve atuar ativamente na preservação dessas manifestações, reforçando o cabimento de medidas judiciais para casos de uso indevido já previstas na lei 9.610.

Por outro lado, a sanção da lei 14.996 também abre espaço para novas reflexões sobre o que mais poderia ser considerado manifestação cultural no Brasil. O país, com sua vasta diversidade artística, ainda abriga uma infinidade de práticas e expressões culturais que, mesmo profundamente enraizadas na sociedade, seguem sem a proteção formal que um status de manifestação cultural oferece. Esse avanço legal pode ser apenas o começo de uma discussão mais ampla sobre o que se entende por cultura popular e o quanto ela merece ser preservada e incentivada.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –09.12.2024 – PÁG. A9**

**Decisões de Dino no STF ajudam governo Lula a se livrar de dificuldades**

Ministro indicado por presidente bloqueou pagamento de emendas e aliviou meta fiscal no caso da onda de incêndios

*José Marques*

O ministro Flávio Dino deu decisões e firmou acordos no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal) que facilitaram a gestão Lula (PT) no governo federal.

As determinações de Dino ocorreram em processos herdados na corte da ministra aposentada Rosa Weber e do ministro André Mendonça.

Dino, que é ex-ministro da Justiça e Segurança Pública de Lula, tomou posse como integrante do Supremo em fevereiro, após ser indicado pelo petista.



Com experiência de gestão no Executivo, ele foi o primeiro ex-governador a ser apontado para uma cadeira no STF desde a promulgação da Constituição de 1988. Dino governou o Maranhão.

foto colorida mostra homem pardo, de óculos. ele gesticula e fala diante de um microfone

Desde que chegou ao tribunal, suas atuações mais expressivas foram concentradas nos temas das emendas parlamentares e na emergência climática, sobre os quais deu decisões em consonância com as necessidades do governo.

Dino tem dito a interlocutores que esses processos não são relacionados apenas a uma questão de governo, mas de país. Também tem afirmado que os problemas das emendas e do ambiente ultrapassaram o âmbito do governo Jair Bolsonaro (PL) e chegaram ao governo Lula.

Procurado por meio da assessoria do STF, Dino não respondeu.

Os processos que tratavam das emendas foram herdados por Dino após Rosa se aposentar em setembro do ano passado, pouco antes de completar 75 anos.

Como presidente do Supremo, Rosa comandou em 2022 a derrubada das chamadas emendas de relator, instrumento usado para barganhas políticas entre o Congresso e o governo Bolsonaro.

Quando chegou às mãos de Dino, os processos já questionavam outras modalidades de emendas que também eram usadas sem transparência por parlamentares durante a gestão Lula.



## CLIPPING

DATA

09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A partir de agosto, Dino tomou decisões que suspenderam as transferências. Os bloqueios atingiram R\$ 17,5 bilhões em emendas.

O ministro exigiu ainda maior transparência, o que acabou forçando o Congresso a aceitar um acordo com o Executivo e o Supremo e a definir em uma nova lei regras futuras para esses recursos.

Na época, Lula reclamava que o Congresso tinha sequestrado parte do Orçamento. A reunião que selou o acordo foi marcada pelo tom de insatisfação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

No fim, o governo Lula viu contempladas algumas das suas demandas na negociação e conseguiu redirecionar parte dos recursos nas mãos dos parlamentares para seus projetos.

Dino só liberou o pagamento das verbas em novembro, o que, em tempos de pressão por corte de gastos, resultou em um alívio nas contas.

Essa liberação veio acompanhada de exigências de transparência —o que foi interpretado por parlamentares como uma afronta às competências do Legislativo e um descumprimento do acordo feito anteriormente.

"Está num momento de muita turbulência interna por causa desses acontecimentos. Você não deve ver nunca um tribunal legislando", reclamou Lira na ocasião.

A insatisfação do Congresso com a medida chegou a ameaçar o andamento do pacote de corte de gastos do ministro Fernando Haddad (Fazenda), mas o governo conseguiu desatar o nó. O Executivo indicou aos parlamentares a liberação de R\$ 7,8 bilhões em emendas e foi ao STF para pedir reconsideração das exigências de Dino.

O clima entre parlamentares ainda é de insatisfação com a decisão de Dino, porém um influente líder do centrão afirmou sob reserva que a movimentação do governo amenizou, em parte, a situação. A Câmara aprovou, na noite de quarta-feira (4), os primeiros requerimentos de urgência para dois dos projetos do pacote de corte de gastos.

Desde o início do debate, deputados veem as movimentações de Dino como alinhadas aos interesses do governo.

Um aliado de Lula no Congresso avalia que, por mais que as novas exigências sejam uma interferência indevida sobre o Legislativo, em termos de conteúdo elas ajudariam a dar mais transparência para o uso das emendas, o que atende à vontade do Executivo.

Já no caso dos desastres climáticos, Dino se tornou o relator após Mendonça preferir abdicar da relatoria ao ser derrotado parcialmente em um julgamento sobre o tema no plenário. O gesto de Mendonça surpreendeu ministros do próprio Supremo.

Nas mãos de Dino, essa ação se tornou um guarda-chuva para decisões a respeito de questões ligadas ao clima.

O ministro foi presidente do consórcio da Amazônia Legal quando era governador. Ele tem manifestado preocupação com o período de seca, quando os ribeirinhos ficam sem acesso a recursos básicos porque usam os rios como transporte.

Nesse tipo de processo, que é chamado de "estrutural", podem ser usadas o que os ministros chamam de "decisões em cascata", que visam concretizar um objetivo final. No caso, mitigar essas urgências.

O ministro criou uma mesa de conciliação entre a União, os estados e o Ministério Público para tratar da emergência climática.

Em meados de setembro, enquanto a fumaça de incêndios atingia parte do país, o ministro autorizou o governo federal a emitir créditos extraordinários fora da meta fiscal para o combate ao fogo no Pantanal e na Amazônia. Também flexibilizou uma regra para a contratação e manutenção de brigadistas.

Em abertura de reunião de conciliação poucos dias depois, Dino justificou a decisão de conceder crédito extraordinário. "Não há dicotomia entre responsabilidade fiscal e responsabilidade ambiental", disse na ocasião. "Só existe responsabilidade fiscal verdadeira com responsabilidade ambiental. O resto é hipocrisia."

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO –09.12.2024 – PÁG. A27**

### **As luzes natalinas me lembram que estou envelhecendo**

Neste ano, percebi por que sinto simultânea atração e rejeição pelas decorações de Natal

*Giovana Madalosso*

Sou vizinha de porta de uma pessoa que adora celebrar datas comemorativas. Todas as datas comemorativas. Dois meses antes da Páscoa, seu coelho de feltro já está no nosso hall segurando uma cenoura. Até em junho sua soleira se agita, com uma guirlanda cheia de bandeirolas juninas. Se há tudo isso para São João, imagine para Cristo.



No Natal, a inveja que minha filha sente o ano todo daquela porta chega ao ápice. Enquanto a vizinha parece uma filial do Polo Norte, seguimos com a nossa perpétua decoração: uma planta meio murcha e uma plaquinha em que está escrito "é preciso estar atento e forte" pregada logo acima de um sapateiro cheio de tênis chulezentos.

A imagem mostra uma guirlanda de Natal vertical, decorada com bolas douradas, vermelhas e douradas, além de folhas verdes e flores vermelhas. A guirlanda é adornada com pequenos ramos de



## CLIPPING

DATA

09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

bagas vermelhas e detalhes em dourado.

Eu não sou boa com essas coisas. Talvez seja culpa do meu ateísmo. Ou da minha incapacidade de elaborar qualquer decoração. Lembro da primeira árvore que montei, quando minha filha tinha uns três ou quatro anos e me demandou um "pinheinho".

A nossa conífera nem era das piores, era inclusive bem frondosa, e até isso se mostrou um problema. Na época eu estava dura e não pude comprar muitos enfeites. Concentramos todos na frente e encurralamos a árvore numa quina para ninguém ver suas costas peladas.

Ano passado, morando em outra cidade, me senti ainda menos animada a investir numa árvore. Adquirimos um arbusto de um metro de altura. Tão, mas tão desengonçado, que montá-lo e decorá-lo foi o melhor momento do nosso Natal: tivemos um acesso de riso coletivo por causa da sua feiura.

Neste ano, enquanto eu tentava reanimar o arbusto, percebi por que sinto simultânea atração e rejeição pelas decorações de Natal. Toda forma de celebrar é bonita. Independentemente dos significados religiosos, o que as luzes piscam nas fachadas é que estamos vivos.

O que os presépios encenam é que ainda nos preocupamos em contar as velhas histórias. O que os enfeites dizem é que ainda nos importamos com a delicadeza. E mesmo quando tudo isso é kitsch, quando vêm polvilhado pela neve de outros trópicos, há o charme do singelo.

Mas também há melancolia. A chegada das luzes natalinas traz invariavelmente à memória outros Natais, outras configurações familiares, outros tempos, outras geografias. E ainda tudo o que perdemos: pessoas, relações, dentes de leite, cabelos, massa muscular, outras versões deles e de nós mesmos.

Talvez por isso eu relute tanto em acender no topo da nossa vida uma estrela. Suas pontas me transportam para demasiados lugares. E eu sou aquele tipo de pessoa que prefere olhar para a frente. Não porque queira: são os ossos da ansiedade, não tenho como caminhar sem eles.

Confortável para mim é o Ano-Novo, sem muitas memórias, mas cheio de expectativas. Não ficamos lembrando dos últimos anos, mais preocupados em fazer planos para o próximo. Ainda que sempre incrédula, faço listas de desejos, pulo as setes ondas, como uvas e lentilhas.

Curiosamente, está é a única data em que minha vizinha de porta não exhibe uma decoração específica. Seguem em seu batente o casal de duendes, as bolas espelhadas, a guirlanda verde e vermelha, à espera do Dia de Reis.

Quem sabe seja um bom momento para fazer a desforra, exibindo no nosso hall algum enfeite branco, símbolo da passagem do ano. Certamente torto, mas não menos cheio de bons augúrios.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 09.12.2024– PÁG. 02**

**Câmara encara jornada 5x2 para aprovar matérias importantes ainda em 2024**

A duas semanas do recesso, resta pouco tempo para aprovar matérias importantes. Por isso, deputados terão sessão nos cinco dias da semana. Entre os itens da pauta estão o pacote fiscal, o Orçamento de 2025 e as alterações no Fundo Constitucional do Distrito Federal

*Israel Medeiros*

O Congresso Nacional inicia a semana em ritmo acelerado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) convocou sessões de segunda a sexta-feira nesta e na próxima semana — a última antes do recesso parlamentar. Os congressistas só têm essas duas semanas de trabalho para aprovar dois projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição que integram o pacote de corte de gastos enviado pela equipe econômica do governo. Há pressa, também, para votar o Orçamento de 2025, cujo relatório preliminar já foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na semana passada.



Tanto para debater os projetos que o governo quer, quanto para a peça orçamentária, há o problema da imprevisibilidade em torno das emendas. Se de um lado, o governo precisa "pagar" pelo esforço de deputados e senadores para aprovar os projetos de seu interesse, de outro, os parlamentares que discutem e votam o Orçamento esperam para saber quais regras vão valer para 2025: se serão aquelas aprovadas pelo Congresso no Projeto de Lei Complementar nº 175 de 2024; ou as exigidas pelo ministro Flávio Dino em decisão no Supremo Tribunal Federal.

O relator do Projeto de Lei de Orçamentária Anual (o texto que virará o Orçamento) para o próximo ano, senador Angelo Coronel (PSD-BA) disse, na sexta-feira, que é possível que o governo envie novas sugestões de mudança na peça orçamentária por causa da indefinição das regras para o repasse das emendas. A previsão é de que seu relatório seja aprovado na CMO nesta semana, assim como o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Desde o bloqueio das emendas em agosto, havia uma insatisfação crescente por parte dos congressistas, que costumam usar esses recursos para abastecer suas bases eleitorais e para manter obras e políticas públicas funcionando. Essa insatisfação era direcionada tanto ao Supremo, que mandou bloquear o dinheiro, quanto com o governo, visto como uma espécie de "articulador oculto" junto ao ministro Flávio Dino.

Depois da aprovação do PLP 175 de 2024, que estabelece novas regras para as emendas, o governo resolveu agir para mostrar para o Congresso que as decisões de Dino e do Supremo não têm sua interferência: via



## CLIPPING

DATA  
09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
15 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Advocacia-Geral da União, pediu, na última semana, que o STF reconsidere algumas das exigências de transparência feitas por Dino.

Para a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), o gesto foi positivo para a articulação do governo. "O Congresso estava achando que era o governo articulando isso, né? Então acho que o governo tomou uma medida para dizer: não, nós pensamos assim, fizemos um acordo, vamos defender o que fizemos de acordo", afirmou a jornalista, no sábado.

O problema é que o Supremo ainda não respondeu ao pedido da AGU e, por ora, não se sabe o que valerá. Quando Dino decidiu sobre as emendas e fez novas exigências de transparência, na última segunda-feira, enviou sua decisão para ser ratificada por seus colegas do Supremo na sequência. Quase instantaneamente o ministro Roberto Barroso, presidente da Corte, atendeu o pedido e iniciou uma sessão no plenário virtual do Supremo.

Antes de meia-noite, os ministros já haviam formado maioria para apoiar a decisão de Flávio Dino. A rapidez e a confirmação da decisão mostraram que, no Supremo, os ministros estão fechados com Dino, o que, aos olhos dos congressistas, parece uma ação coordenada.

### Insatisfação

Se o governo ficou melhor na fita com o Congresso depois de questionar o Supremo, no caso do STF, no entanto, a insatisfação persiste. Na última semana, deputados e senadores iniciaram uma nova rodada de críticas públicas ao que chamam de "intromissão" do STF em assuntos do Legislativo. A visão é de que há uma ofensiva coordenada do Judiciário para prejudicar os interesses dos parlamentares.

"O que a gente viu foi a intromissão e a suspensão da execução orçamentária e o prejuízo que isso causou à sociedade. Estão aí obras paradas, custeio de saúde parado, tem municípios com a corda no pescoço sem conseguir pagar a folha da Saúde, há a suspensão de muitos investimentos, os prefeitos aí todos pressionando, fora a intranquilidade que gerou do ponto de vista político", disse o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) ao Correio. Ele foi o relator do Orçamento de 2024 e autor do cronograma de pagamento de emendas.

Danilo Forte explicou que a situação prejudica os planos do governo porque há um "descontentamento muito grande por parte do parlamento" com o assunto das emendas. Para ele, a discussão sobre o assunto veio em momento "inoportuno", e os problemas de transparência deveriam ser corrigidos na peça orçamentária de 2026. Acelerar a liberação das emendas pode ajudar, diz ele, mas o tempo é curto.

### Demandas atendidas

O deputado Julio Arcoverde (PP-PI), presidente da CMO, acredita que todas as demandas por mais transparência exigidas pelo Supremo, ainda em agosto, na decisão que bloqueou as emendas, foram atendidas. "Governo, Congresso e Judiciário se esforçaram muito nos últimos meses na busca de um acordo que permitisse destravar e resolver a questão das emendas parlamentares. O PLP aprovado por consenso nas duas Casas do Congresso e sancionado posteriormente pelo presidente da República deve ser efetivamente

respeitado. Creio que o bom senso irá prevalecer, pois todas as exigências de transparência foram adotadas e cumpridas", afirmou ao Correio.

"Temos agora que voltar nossas atenções para a conclusão das votações das peças orçamentárias. Fundamental garantir ao país um orçamento enxuto e exequível. É preciso recuperar a capacidade de atrair investimentos internacionais, dar segurança jurídica e previsibilidade. Gerar renda e empregos e retomar o crescimento econômico", pontuou Arcoverde, que diz que se empenhará ao máximo para que o orçamento seja aprovado antes do natal.

#### Diversos interesses

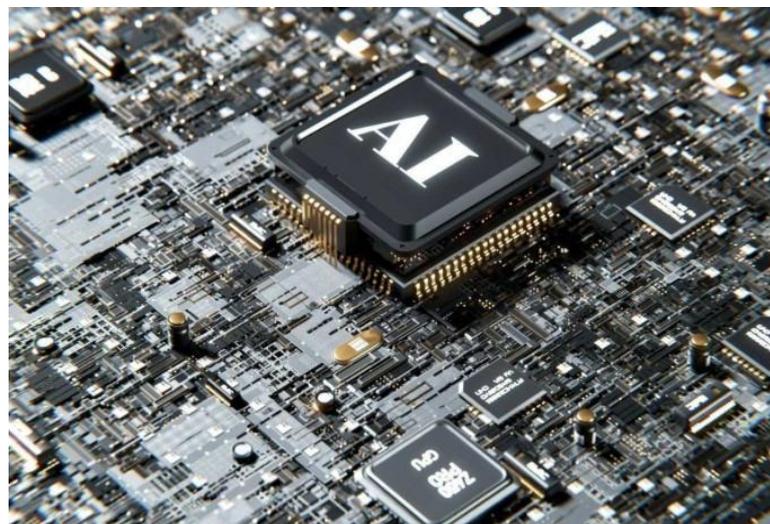
Além das emendas e do tempo curto, congressistas ouvidos pela reportagem dizem que no caso do pacote de gastos, já existem, nos próprios textos, medidas que serão questionadas por diversos setores e dificultarão os trabalhos politicamente. O próprio PT, partido de Lula, já disse no sábado que pretende conversar com o governo por preocupações com as novas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A presidente do partido também disse a jornalistas, no sábado, que não sabe se haverá tempo para votar o pacote fiscal até 20 de dezembro. "Eu não sei se a gente consegue (aprovar o pacote fiscal), porque o tempo é curto. Mas há uma boa vontade, pelo menos eu tenho sentido, uma boa vontade por parte do presidente Lira em relação a isso e das bancadas. A votação da urgência demonstrou isso, que há uma preocupação do Congresso em relação às medidas. Eu acho que é possível", afirmou.

#### **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –09.12.2024 – PÁG. 10**

#### **Visão do Correio: IA na automação de negócios**

No Brasil, a rede de apoio aos empreendedores precisa ser ampliada para que todo o potencial seja alcançado



Em ritmo acelerado, a inteligência artificial (IA) se consolida como uma força transformadora no mercado de trabalho global. Estudos diversos mostram que os avanços contínuos da tecnologia estão redefinindo as formas e as relações no desempenho das mais variadas funções. Além do processo produtivo, a automação vem modificando os modelos mundiais de atendimento ao cliente, especialmente das pequenas e médias empresas. Mas, no Brasil, a rede de apoio a esses empreendedores precisa ser ampliada para que todo o potencial seja alcançado.

Na atualidade, a qualidade na prestação de serviços e a eficiência nas respostas aos consumidores são determinantes para o desenvolvimento dos



## CLIPPING

DATA

09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

negócios. Com a aplicação da IA, os profissionais podem melhorar o rendimento das tarefas e ter à sua frente novas oportunidades de crescimento. Porém, esse cenário exige investimento financeiro e uma requalificação constante do quadro de pessoal, o que, no país, ainda não acontece.

Estudo publicado pela Harvard Business Review aponta que organizações que se comunicam rapidamente com o público têm probabilidade significativamente maior de conquistá-lo. Porém, a realidade brasileira mostra que muitos empresários ainda estão patinando nesse universo de possibilidades e tendo de se posicionar diante do grande capital sem ter as mesmas facilidades. Esses desafios, decorrentes de recursos limitados e processos manuais ineficientes, precisam ser superados para que a engrenagem da economia no Brasil não seja comprometida.

Consultorias especializadas e personalizadas para identificar falhas nas respostas, além de acesso a financiamentos, são fundamentais para democratizar a automação do processo de comunicação entre quem oferece e quem procura o serviço. A transformação digital aplicada diretamente nas relações de contato pode aumentar o faturamento e, principalmente, significar a sobrevivência no mercado. Além disso, a clareza e a assertividade no contato evitam retrabalhos e confusões na entrega do serviço.

Mas gerenciar e dar suporte a múltiplos canais não são atividades simples. No país, é comum que muitos prestadores de serviço lidem com dificuldades de atendimento por meio até do WhatsApp, uma ferramenta já difundida e com entrada amplamente facilitada.

Em um mundo que não para, a IA é uma estratégia competitiva essencial para identificar lacunas e soluções no atendimento ao cliente. Porém, conseguir se adaptar à era digital de maneira prática e acessível é uma questão que se coloca no dia a dia dos empreendedores. No Brasil, os governos e as instituições precisam intensificar o apoio nessa área para que as pequenas e médias empresas possam prosperar no atual mundo dos negócios, atendendo as demandas de um consumidor cada vez mais exigente em diversos quesitos.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –09.12.2024 – PÁG. 11**

**A favor do Brasil e dos brasileiros**

O Brasil enfrenta desafios únicos em termos de conectividade. É essencial que busquemos todas as opções disponíveis para superar essas barreiras e promover a inclusão digital

Desde 2009, a China se firmou como o maior parceiro comercial do Brasil, uma relação que se fortalece a cada ano. A recente visita do presidente chinês, Xi Jinping, à capital brasileira não só reforça o prestígio do Brasil no cenário internacional, mas também sublinha a importância estratégica dessa parceria para ambos os países. Celebramos, neste ano, meio século de relações diplomáticas, um marco que atesta a solidez e a longevidade dessa cooperação.



No âmbito das telecomunicações, o Ministério das Comunicações deu um importante passo ao assinar acordos com a empresa chinesa SpaceSail e com a Administração Nacional de Dados do país asiático. Esses acordos visam impulsionar a conectividade e a economia digital no Brasil, áreas cruciais para o desenvolvimento socioeconômico do país. No entanto, é importante esclarecer que essa parceria não deve ser vista como uma escolha entre tecnologias chinesa ou americana, como a da Starlink, mas, sim, como uma estratégia para ampliar a concorrência com mais opções disponíveis aos brasileiros.

A tecnologia de internet via satélites de baixa órbita apresenta uma solução inovadora para levar internet de alta velocidade a regiões remotas do Brasil, onde as infraestruturas tradicionais de conexão são limitadas ou inexistentes. Estamos falando de moradores de regiões rurais, territórios indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas, onde, muitas vezes, é muito difícil a chegada de cabos de fibra óptica por causa de uma série de dificuldades. Se não é possível levar a infraestrutura de internet por terra, então é necessária a alternativa satelital. O Brasil, com sua vasta extensão territorial e diversidade geográfica, enfrenta desafios únicos em termos de conectividade. Portanto, é essencial que busquemos todas as opções disponíveis para superar essas barreiras e promover a inclusão digital.

A Starlink já oferece seus serviços no Brasil e continuará a expandir sua presença, com 224,5 mil conexões registradas, das quais um terço está na Região Norte. O Brasil é um grande mercado consumidor, com um potencial significativo de crescimento. Portanto, a introdução da SpaceSail no cenário brasileiro nos próximos anos não deve ser vista como uma competição, mas como uma oportunidade de diversificação e fortalecimento da infraestrutura digital do país. Afinal, nenhum mercado é sadio quando apenas uma empresa domina.

Além da empresa chinesa, outra companhia americana, a Amazon, com seu projeto Kuiper, pretende lançar a sua constelação de satélites de baixa órbita e oferecer seus serviços de conectividade no Brasil. A direção

nacional da empresa nos procurou neste segundo semestre para apresentar seu projeto e a intenção de operar no país.

Uma maior concorrência pode impulsionar melhorias nos serviços oferecidos e fomentar a inovação tecnológica e a redução de custos, tornando a internet de alta velocidade mais acessível para todos. Queremos garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a serviços de internet de alta qualidade e a preços justos.

Isso é fundamental para dar acesso a uma série de serviços públicos e privados, além de inserir essa população na economia digital, que é a economia do futuro. Não apenas para poderem realizar compras em lojas on-line e receberem em suas casas, como também para abrir a possibilidade de novas oportunidades de geração de emprego e renda, seja por meio de um trabalho remoto seja pelo empreendedorismo, com a venda de seus produtos para clientes de todo o Brasil.

O Ministério das Comunicações não trabalha em defesa de outras nações nem a favor de empresas ou tecnologias específicas. Nosso compromisso é — e sempre será — com o povo brasileiro. Acreditamos que, ao promover a diversidade de opções e incentivar a presença de mais empresas operando no país, quem realmente ganha é a população. E é isso que continuaremos a fazer: buscar incessantemente soluções que beneficiem o povo brasileiro.

## JORNAL – VALOR ECONÔMICO –09.12.2024– PÁG. E1

### Carf deve bater recorde em 2024 e estima julgar meio trilhão de reais no próximo ano

Para acelerar os julgamentos, o tribunal administrativo vai fazer uso de inteligência artificial

*Guilherme Pimenta  
Lu Aiko Otta*

O **presidente** do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), **Carlos Higino Ribeiro de Alencar**, estima que o **órgão recursal** da **Receita Federal** vai julgar **meio trilhão de reais em créditos tributários** em **2025**, ano em que a **arrecadação** com **julgamentos** do tribunal continua **relevante** para o cumprimento da **meta de resultado primário de déficit zero**, estabelecida pela **equipe econômica**. Para acelerar os julgamentos, o Carf vai fazer uso de **inteligência artificial**.

O montante previsto para 2025, apesar de expressivo, será menor que o deste ano, em razão de uma boa redução no estoque do tribunal administrativo. Essa diminuição, segundo destacou Higino em entrevista exclusiva ao **Valor**, é reflexo do recorde a ser alcançado no fechamento de 2024: mais de R\$ 800 bilhões em créditos tributários julgados.

Auditor fiscal, Higino foi ministro da Controladoria-





## CLIPPING

DATA

09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Geral da União (CGU) no governo Dilma Rousseff (PT) e assumiu a presidência do Carf no início de 2023, indicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Neste ano, porém, houve uma frustração de receitas a partir de julgamentos do Carf. No Orçamento, a equipe econômica previa que arrecadaria R\$ 54,7 bilhões e até chegou a elevar esse valor para R\$ 55,6 bilhões com o restabelecimento, no ano passado, do voto de qualidade - o desempate feito pelo presidente da turma julgadora, que é representante da Fazenda - e o fim da greve dos auditores fiscais da Receita Federal.

Durante o exercício de 2024, no entanto, essa arrecadação não se concretizou, o que gerou reiteradas críticas de especialistas e até alertas do Tribunal de Contas da União (TCU). Somente no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de setembro, a Fazenda derrubou a previsão da arrecadação a partir dos julgados no órgão, que foi para R\$ 847 milhões. Procurada, a Receita Federal não comentou quanto arrecadou com o Carf até dezembro.

Apesar do fracasso neste ano, a pasta ainda aguarda arrecadar R\$ 28,5 bilhões em 2025 a partir dos julgados no Carf, segundo incluiu no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) do próximo ano.

A meta de resultado primário para 2025 permanece de déficit zero e o governo federal já oficializou que, ao contrário deste ano, quer, durante a execução orçamentária, mirar o centro da meta, não o limite inferior da banda de tolerância, que permite uma variação negativa de até 0,25 ponto percentual do PIB, o que vai elevar ainda mais o desafio fiscal do governo Lula.

Na avaliação de Higino, é possível que, em 2025, o governo passe a arrecadar mais fortemente por meio do Carf, já que o fluxo de julgamentos disparou este ano. Embora a Fazenda não tenha arrecadado o que esperava com o tribunal administrativo, ele defende que os julgamentos do Carf foram responsáveis, por exemplo, por grandes acordos de transação tributária, realizadas tanto na Receita Federal quanto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

“Não é que esse recurso aqui não vai entrar. Ele vai entrar. A questão é quando, se será mais rápido ou mais lento”, disse o presidente do órgão. Para ele, ainda é preciso esperar para fazer um diagnóstico sobre o motivo de os contribuintes não estarem realizando os pagamentos, apesar das vantagens previstas na nova lei. “Precisamos analisar, no médio e longo prazo, os incentivos e desincentivos ao contribuinte para ele continuar litigando ou pagar o que deve com as vantagens.”

Com o recorde de julgamentos neste ano, viabilizado principalmente a partir da priorização de processos de maior valor, a sua gestão, segundo contou o presidente, conseguiu reduzir o estoque total do Carf, que passou de R\$ 1,1 trilhão para R\$ 950 bilhões.

O número de processos também caiu nos últimos dois anos, segundo dados do tribunal: no início de 2023, havia 92 mil processos em tramitação no órgão, ante 72 mil até o final de novembro deste ano. “Estamos conseguindo derrubar a quantidade de processos, o que, no longo prazo, vai levar a uma queda do tempo dos processos”, disse o presidente durante a entrevista ao Valor.



## CLIPPING

DATA

09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Higino rebateu quem afirma que o tribunal administrativo está sendo utilizado para fins arrecadatórios. Dados do órgão, segundo ele, indicam que o contribuinte vence 50% dos processos julgados. “Meu papel é julgar os processos.”

Hoje, ele disse, um caso na Câmara Superior do Carf - última instância - leva em média 255 dias para ser julgado, o que na sua avaliação é uma “temporalidade muito boa”, já que o prazo, no passado, ultrapassava os 450 dias. O problema, ressaltou, são os casos em tramitação nas turmas ordinárias, nas quais o tempo médio ultrapassa três anos.

Por isso, do ponto de vista administrativo, o auditor da Receita projeta que, a partir de 2025, o uso de inteligência artificial no Carf passará a produzir efeitos. Até o fim do ano, o Carf colocará em funcionamento o sistema batizado de Iara (Inteligência Artificial em Recursos Administrativos), desenvolvido com o Serpro.

“Tenho uma grande expectativa que esse sistema vai ser fundamental, principalmente na resolução dos pequenos casos que se repetem”, afirmou o presidente. “Há pequenos contribuintes que aguardam a resolução de casos simples, mas que muitas vezes demoram. A Iara auxiliará principalmente nesses casos”, complementou Higino. O sistema será usado na análise de processos e na elaboração de resumos e decisões com base na jurisprudência.

Também para tentar desafogar o estoque no órgão recursal e acelerar os julgamentos, Higino pretende avançar em 2025 com a edição de súmulas. Com o mecanismo, as delegacias da Receita Federal precisam seguir a jurisprudência do Carf, o que automaticamente diminui a entrada de processos na instância superior.

Inicialmente, a intenção é que o sistema de inteligência artificial utilize uma base de 500 mil julgamentos do Carf, além de súmulas do Conselho e entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Além de a gente continuar julgando valores altos, com a Iara e a aprovação de súmula, vamos resolver os casos repetitivos”, disse Higino. “A ideia do Carf é debater grandes teses jurídico-tributárias. E esses casos mais simples, que a gente consiga dar essa celeridade e esse resultado”, concluiu.

### Risco de judicialização com reforma é baixo

Para o presidente do Carf, Carlos Higino Ribeiro de Alencar, evitar que interpretações diferentes provoquem uma corrida aos tribunais é um dos grandes desafios à frente

*Lu Aiko Otta  
Guilherme Pimenta*

Numa escala de zero a dez, é da ordem de **três** o **risco** de haver um **aumento** no **volume** de **ações judiciais** em função de **decisões divergentes** nas duas **instâncias administrativas** que julgarão os casos envolvendo a **cobrança** do Imposto sobre Bens e Serviços (**IBS**) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (**CBS**), ambos criados na **reforma dos tributos** sobre o **consumo**. Evitar que **interpretações** diferentes provoquem uma **corrida** aos **tribunais** é um dos **grandes desafios** à frente, afirmou ao **Valor** o **presidente** do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), **Carlos Higino Ribeiro de Alencar**.

“Não podemos deixar surgir essa semente do mal, essa erva daninha. Aí vai criar mais complexidade no sistema”, disse Higino. “Eu diria que para o ano que vem, para os demais, esse é um ponto bem importante.”

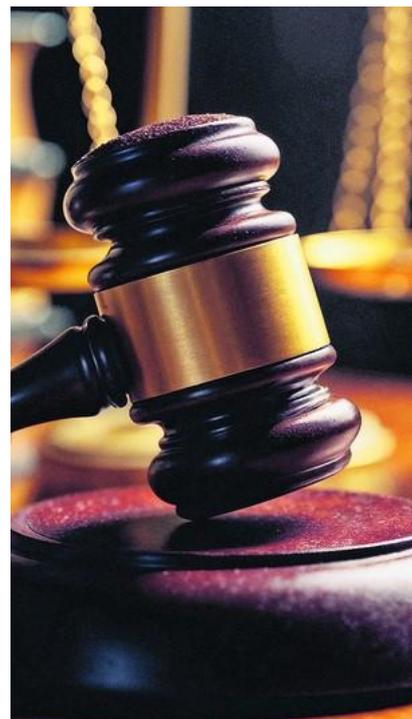
A existência de duas instâncias julgadoras é um dos maiores pontos de preocupação de especialistas em tributos. O tema faz parte do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/24, que institui o Comitê Gestor do IBS.

É um dos dois projetos que detalham o funcionamento da reforma tributária. Essa proposição deve ser votada em 2025, enquanto o texto que detalha o funcionamento dos novos tributos, o Projeto de Lei Complementar nº 68/24, pode concluir sua tramitação até o fim do ano.

A reforma tributária criou um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) nos moldes do que existe nas economias mais avançadas, mas criou uma particularidade: o tributo é dual. Ou seja, é composto por duas partes, uma federal (CBS) e uma dos Estados e municípios (IBS).

Em teoria, o imposto e a contribuição são similares, para funcionar como um tributo só. A uniformidade, porém, fica sob risco porque haverá duas instâncias para os contribuintes discutirem a cobrança dos tributos: o Carf para a CBS e o Comitê Gestor para o IBS. Problema poderá ocorrer se os entendimentos do Conselho e do Comitê Gestor forem diferentes.

Para contornar esse problema, a versão do PLP nº 108/24, que está em análise no Senado Federal, cria um comitê de harmonização. Na visão de Higino, se a ideia de uma instância destinada a conciliar posições funcionar, o risco de ocorrer uma onda de contribuintes buscando a Justiça é reduzido. “Do contrário, pode haver judicialização em massa”, alertou.





## CLIPPING

DATA

09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Criticada por especialistas, a instituição de dois órgãos de julgamento é vista por Higino como uma forma de preservar competências. “O tributo IBS é de Estados e municípios, o tributo CBS é da União, então cada um tem que ter essa competência de julgar”, afirmou. Ele considera, porém, que esse é um ponto de atenção e que é preciso manter um olhar atento para evitar que as divergências se transformem numa bola de neve.

Por outro lado, lembrou Higino, a reforma tributária trará uma “brutal” redução das ações e questionamentos administrativos envolvendo tributos.

Hoje, lembra ele, há uma grande quantidade de disputas. Por exemplo, se uma despesa constitui ou não um crédito tributário. Isso porque os atuais PIS/Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedem crédito a partir do controle físico se um produto foi ou não usado na produção da empresa.

“Aí surgem discussões do tipo: uma bota de borracha usada pela pessoa que trabalha na peixaria gera crédito para a peixaria, mas a mesma bota usada por alguém que atua no transporte do peixe, não”, exemplificou.

A reforma tributária pretende acabar com esse tipo de debate ao instituir o crédito financeiro. Assim, tudo o que for despesa da empresa gerará crédito. Só haverá exceção para certos itens, como uma garrafa de vinho consumida pelos dirigentes da empresa.

Outra fonte de litígio administrativo e judicial são os incentivos fiscais concedidos por Estados, comentou Higino. Há muitos processos que discutem se o benefício está ou não de acordo com as normas do Conselho de Política Fazendária (Confaz), colegiado que reúne os secretários estaduais de finanças. Também nesse caso, a expectativa é que as discussões acabem, uma vez que a “guerra fiscal”, que está na raiz da concessão desses incentivos fiscais, também deve ser eliminada.

### **Destaque**

#### **Nomes semelhantes**

A 12ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) deu provimento à apelação de uma empresa que atua na extração de minérios e comércio de produtos químicos contra sentença que julgou improcedente o seu pedido para a proteção do seu nome comercial mediante o arquivamento de atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de Rondônia. O juízo de primeiro grau entendeu que os atos da instituição não poderiam ser arquivados porque existia outra empresa com nome semelhante já registrada na localidade. No TRF-1, porém, a relatora do caso, juíza federal convocada Carina Cátia Bastos de Senna, destacou que, embora os nomes empresariais compartilhem semelhanças, os elementos adicionais e as atividades distintas tornam as empresas suficientemente diferenciáveis. A apelante atua em mineração, produtos químicos e commodities agrícolas, enquanto a outra empresa trabalha no varejo de peças automotivas e serviços de manutenção de veículos (processo nº 0000985-76.2007.4.01.4100).



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA

09.12.2024

PÁGINA Nº

24 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

## JORNAL – VALOR ECONÔMICO –09.12.2024– PÁG. E2

### Fundo especial pode reduzir o impacto de calamidade

O Brasil deveria reavaliar a forma como se prepara para enfrentar o novo cenário ambiental

Carolina Caiado  
Diego Fernandes

Ritmo mais veloz					
Projeções* para a taxa Selic (em a.a.)					
Instituições financeiras	dez/24	fim do ciclo	dez/24	fim do ciclo	
Barisul	11,75	13,00	Opportunity	12,00	14,50
Oxford Economics	11,75	12,00	Oriz Partners	12,00	13,50
Parallaxis	11,75	12,50	Pantheon Macroeconomics	12,00	12,50
Siegen	11,75	N/D	Paraná Banco	12,00	14,25
Intelligence	12,00	13,00	Perservera	12,00	13,50
ABBC	12,00	13,00	Petros	12,00	14,00
ABC Brasil	12,00	14,00	Pezco	12,00	12,25
Acrefi	12,00	14,00	PicPay	12,00	12,50
Agora Investimentos	12,00	13,50	Planner	12,00	13,75
Análise Econômica	12,00	14,00	Principal Claritas	12,00	14,00
ASA Investments	12,00	13,50	Quantitas	12,00	14,50
Asset 1	12,00	14,50	Rabobank	12,00	13,00
Ativa Investimentos	12,00	14,00	RB Investimentos	12,00	14,50
Austin Rating	12,00	13,25	Reach Capital	12,00	15,50
AZ Quest	12,00	N/D	Rio Bravo Investimentos	12,00	14,00
RS Side Investimentos	12,00	13,25	Sicredi	12,00	13,75
Banco Bmg	12,00	13,50	Sicredi Asset	12,00	14,25
Banco BV	12,00	13,50	SM Manager Futures	12,00	13,00
Banco Fibra	12,00	13,75	Somma Investimentos	12,00	13,25
Banco Master	12,00	14,00	SulAmérica Investimentos	12,00	13,50
Banco Mercantil	12,00	13,50	Sura Research	12,00	13,50
Bank of America	12,00	13,75	TAC Investimentos	12,00	13,75
Barclays	12,00	13,50	Tendências Consultoria	12,00	14,00
Barra Pove Investimentos	12,00	14,00	Terra Investimentos	12,00	14,00
BB Asset Management	12,00	13,50	Travelex Bank	12,00	13,00
BNP Paribas	12,00	13,50	Troster & Associados	12,00	12,50
Brasilprev	12,00	13,25	TRUXT Investimentos	12,00	14,00
BRP	12,00	12,75	TS Lombard	12,00	13,50
BTD Pactual	12,00	14,00	Tullet Prebon Brasil	12,00	14,50
C6 Bank	12,00	13,75	UBS BB	12,00	13,50
Canvas Capital	12,00	13,50	Veetha Investimentos	12,00	13,25
Capital Economics	12,00	13,00	Warren Investimentos	12,00	13,50
Cib	12,00	13,25	Way Investimentos	12,00	13,50
Citino Gestão de Recursos	12,00	13,75	Western Asset	12,00	13,75
CM Capital Markets	12,00	13,25	Ace Capital	12,25	15,00
Coface	12,00	13,50	Apex Capital	12,25	14,75
Dynovial	12,00	13,25	Amor Capital	12,25	14,00
EQI Asset	12,00	14,25	ARX Investimentos	12,25	14,00

Ao mesmo tempo em que investe na reconstrução do Rio Grande do Sul, o governo federal trabalha nos detalhes do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, uma das principais políticas públicas de gestão de riscos de desastres no Brasil. O plano estabelece bases para a prevenção, a resposta às ocorrências e a recuperação de danos e prejuízos. Considera-se que, em consequência do agravamento das mudanças climáticas, eventos como o ocorrido no Sul tornem-se mais frequentes e intensos, exigindo um amplo planejamento para mitigação de riscos e suas consequências.

Cabe, então, a avaliação de como viabilizar a reconstrução de infraestruturas - inclusive com previsão de alocação de recursos para concessionárias de serviços públicos afetadas por desastres naturais. O Brasil não conta com mecanismos específicos para isso. O Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), principal instrumento para a resposta a

desastres, é alvo de muitas críticas. Em especial porque, centrado exclusivamente em recursos governamentais, deixa de explorar outras fontes de recursos.

A reconstrução do Rio Grande do Sul foi calculada em R\$ 200 bilhões. Entre as infraestruturas afetadas, está o Aeroporto Salgado Filho, responsável por mais de 90% do tráfego aéreo do Estado e vital para o Cone Sul, com mais de 1,3 mil voos nacionais e internacionais por semana. Fechado em 3 de maio, com pistas, lojas, saguões inundados, o aeroporto foi sendo reaberto de forma faseada, a partir de 15 de julho.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou o pagamento de R\$ 425 milhões à concessionária do aeroporto para fazer frente à reconstrução das infraestruturas - os custos foram estimados pela concessionária em R\$ 1 bilhão.

A situação suscita o debate sobre a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão diante da perspectiva de aumento na incidência de desastres naturais. Seriam as proteções e soluções hoje existentes suficientes para remediar os prejuízos nestes contratos e garantir serviços públicos de qualidade à população?

No caso do Salgado Filho, a concessionária obrigou-se a contratar e manter em vigor, durante o prazo da concessão, apólices de seguro que garantam a continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto. As apólices devem ser suficientes para cobrir diversos danos, como os causados às obras civis, aos



## CLIPPING

DATA

09.12.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

equipamentos empregados na ampliação ou reforma do aeroporto; e aqueles causados aos bens que integram a concessão. Nos dois casos, estão incluídos danos decorrentes de caso fortuito ou força maior. A concessionária também se obrigou a contratar apólice de seguro com limite máximo de garantia no mínimo equivalente ao valor dos bens segurados.

Além da reconstrução, o tempo de paralisação das atividades do aeroporto (em que não são geradas receitas para a concessionária) representa também um prejuízo estimado em R\$ 400 mil mensais. Esse não está coberto diretamente pelos seguros contratados e foram assumidos pela União.

Ou seja, o custo com o ressarcimento da concessionária será em parte coberto com os recursos de seguros contratados e, eventualmente, da União. Na hipótese de serem necessários pagamentos diretos do poder público para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro - o que, no caso do Salgado Filho, foi aprovado pela ANAC - esses aportes concorrem com diversas outras urgências a serem atendidas com recursos públicos, como ajuda humanitária, reconstrução de outras infraestruturas, construção de moradias e tantas mais.

É nesse contexto que se faz necessário o debate acerca de novas estruturas jurídicas para o enfrentamento de desastres porque os arranjos de alocação de riscos e contratação de seguros usualmente adotados poderão ser insuficientes no futuro.

A perspectiva de aumento na ocorrência de desastres naturais certamente implica em limitações às concessionárias nas contratações de seguros, seja porque os custos dos prêmios aumentam, seja em razão dos problemas de liquidez e solvência das seguradoras em desastres de grande escala. As mudanças climáticas tornam complexa a modelagem dos seguros, a precificação adequada e a gestão eficaz dos riscos.

É válido, portanto, pensar em medidas além dos seguros para garantir que as concessionárias possam operar de forma resiliente frente aos desastres naturais.

Países como México, Chile e Japão dispõem de fundos de gestão de desastres que utilizam fontes de recursos variadas. No Chile, o fundo de emergências é financiado por recursos governamentais com o apoio de seguradoras e de parcerias com o setor privado. O México dispõe do Fondo de Desastres Naturales (Fonden), financiado com recursos governamentais, internacionais e contribuições estaduais e municipais. O Japão adota um mecanismo mais sofisticado, combinando recursos governamentais, seguros privados e instrumentos financeiros como “títulos de catástrofe” para assegurar a disponibilidade de recursos e distribuir riscos.

O Brasil deveria reavaliar a forma como se prepara para enfrentar o novo cenário ambiental. A atual dependência de seguros e fundos governamentais não parece compatível com mudanças climáticas cada vez mais imprevisíveis. Novas abordagens precisam ser discutidas - incluindo a criação de fundos específicos para desastres e a recomposição de contratos - de modo que os recursos governamentais possam estar disponíveis para uso em outras urgências decorrentes dos desastres, como o apoio às comunidades atingidas.

## DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

### Dia Internacional contra a Corrupção – 09 de Dezembro



A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção foi assinada por diversos países em 9 de Dezembro de 2003, na cidade de Mérida, no México. A ideia central é fortalecer a cooperação internacional para ampliar a prevenção e o combate à corrupção no mundo todo.

Em referência a essa data, o 9 de Dezembro foi então instituído como Dia Internacional contra a Corrupção, resultado de proposta feita pela delegação brasileira na Convenção de Mérida. No Brasil, é a Controladoria-Geral da União (CGU) que acompanha a implementação da Convenção e de outros compromissos internacionais assumidos pelo País, que tenham como objeto a prevenção e o combate à corrupção.

### Dia Nacional da Criança Com Deficiência – 09 de Dezembro

Estimativas sugerem que há pelo menos 93 milhões de crianças com deficiência no mundo, mas os números podem ser muito maiores. De acordo com dados do IBGE de 2010, o Brasil tem cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência. Destas, 3.905.235 são crianças de 0 a 14 anos e, com deficiência intelectual, também nessa faixa etária, são 391.266 crianças.

Muitas vezes, estão entre os membros mais pobres da população. São menos propensos a frequentar a escola, a acessar serviços médicos ou a ter suas vozes ouvidas na sociedade.

Suas deficiências também as colocam em maior risco de abuso físico, e muitas vezes as excluem de receber nutrição adequada ou assistência humanitária em emergências.

A abordagem baseada na equidade é um dos alicerces da agenda do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para políticas e programas – tanto no desenvolvimento quanto na ação humanitária – e desenvolver lideranças sobre os direitos das crianças com deficiência, capacitação entre funcionários e parceiros.

